

Recife, 02 de fevereiro de 2022.
CT. COPERGÁS/PRE 014/2022

À ARPE – AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE PERNAMBUCO
Dr. SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Diretor Presidente

C.c Dr. FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeira

ASSUNTO: Pleito para análise, aprovação e homologação da metodologia de cálculo do custo médio ponderado a ser praticado a cada repasse de custo do gás às tarifas e o mecanismo de conta gráfica para variações no portfólio de volume de suprimentos, bem como eventuais transmissões de encargos advindos do transporte e do preço de gás de ultrapassagem.

Prezado Senhor,

O mercado de Gás Natural no Brasil vem passando por fortes transformações nos últimos anos. Nesse cenário, a Copergás lançou, em janeiro de 2019, Chamada Pública Coordenada junto às demais Distribuidoras do Nordeste (NE) para aquisição de Gás Natural de diversas fontes e fornecedores.

A Petrobras foi a única que apresentou proposta na Chamada Pública de 2019, levando a Copergás a assinar um novo Contrato de 4(quatro) anos com a melhor condição possível de preço e com QDC decrescente.

A estratégia teve por objetivo complementar gradualmente a parcela descontratada com outros fornecedores que apresentassem condições mais vantajosas, sob o direcionamento de buscar modicidade tarifária para o mercado de gás natural de Pernambuco.

Em julho de 2020, foi emitido o Decreto Estadual Nº 49.226, de 27 de julho de 2020, estabelecendo a regulamentação de sistemas Redes Locais, Projetos Estruturantes ou Sistemas de Distribuição isolados.

Ainda em julho de 2020, a Copergás inovou ao firmar um outro Contrato de suprimento junto à empresa New Fortress Energy de modo a suprir com gás natural os municípios de Petrolina e Garanhuns. Tais cidades serão as pioneiras no Nordeste: a Copergás construirá as primeiras Redes Locais da região.



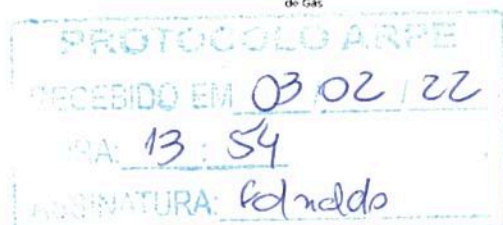
Copergás
Companhia
Pernambucana
de Gás

Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico



PERNAMBUCO
GOV. TRISTÃO DE ALMEIDA

Empresarial Ítalo Brasil Renda
Av. Conselheiro Aguiar, 1748
51111-010 Boa Viagem Recife PE
Telefone: (81) 3464.7401
0800 281 2002 ou 117
faleconosco@copergas.com.br
www.copergas.com.br



Em 10 de dezembro de 2020, a ARPE através da Resolução Nº 171, estabeleceu condições para a aprovação de projetos que visem a prestação de serviço público de gás canalizado por meio de sistemas de Redes Locais de distribuição no Estado de Pernambuco, bem como a definição da tarifa média a ser cobrada pela Concessionária, a qual deverá ser sensibilizada pelo preço médio ponderado de venda do gás pelos supridores à Concessionária, conforme art. 9º do Instrumento supracitado.

Como consequência da Resolução, a Copergás solicitou a aprovação dos projetos de Rede Local de Petrolina e Garanhuns, os quais foram aprovados pela ARPE através das Resoluções ARPE nº 180 e nº 186.

Para complementar a demanda não contratada, a Copergás realizou, em 2020, sua 2ª (segunda) Chamada Pública para aquisição de gás natural para a qual obteve 18 (dezoito) propostas de 8 (oito) supridores, que culminou como vencedora a Shell Energy do Brasil. O Contrato, firmado em 24/08/2021, iniciou o suprimento através de gasoduto, com volumes de 750.000 m³/dia no ano de 2022 e 1.000.000 m³/dia no ano de 2023.

Considerando o início do fornecimento por parte da Shell, a partir de janeiro de 2022, o custo de aquisição também precisará a integrar a carteira de supridores da Distribuidora, ou seja, o custo médio ponderado de todas as compras e aquisições de gás pela Concessionária deverá compor o custo do gás a ser repassado ao mercado não termoeletrônico.

Durante o ano de 2021, diversas ações no âmbito do transporte, processamento e produção de gás natural permitiram o efetivo fornecimento da Shell para Copergás. Tais ações referem-se ao esforço conjunto da ANP, TAG, CONFAZ, Distribuidoras e outros agentes relevantes em concretizar o novo mercado de gás e ao mesmo tempo revelou as efetivas tarifas e encargos de transporte que serão transmitidos na cadeia do GN até as Distribuidoras e seus Usuários, são elas:

- Encargo de serviço de transporte
- Encargo de serviço excedente autorizado
- Encargo de serviço excedente não autorizado
- Encargo de capacidade de transporte não utilizada
- Encargo de GUS
- Encargo de custos fixos de compra e venda de contrato
- Encargo de capacidade-congestionamento

Em 2022, a Lei 15.900/2016 foi alterada pela Lei 17.641/2022, abrindo o mercado imediatamente para autoprodutores e autoimportadores, bem como reduzindo os limites de migração dos usuários para o mercado livre de gás natural.

A Copergás entende que a contratação de múltiplos supridores e o mecanismo de conta gráfica são formas que buscam a modicidade tarifária dos usuários da Concessão.

A contratação de múltiplos fornecedores de gás natural pela Copergás já é uma realidade e representa um importante aumento da competitividade na aquisição da molécula do gás natural, com perspectivas de quando ocorrer redução do seu preço será repassada para as tarifas.

A proposta em epígrafe, expressa através do Anexo I deste expediente (Nota Técnica N.º 01/2022), a necessidade de aplicação do preço médio ponderado de venda do gás pelos fornecedores à Concessionária, nas tarifas dos usuários, e, de forma simultânea, da definição do mecanismo de Conta Gráfica para permitir a atualização e recuperação das variações (positivas ou negativas) do custo de aquisição de gás efetivamente incorrido pela Concessionária para atendimento ao mercado não térmico.

A definição desses instrumentos contribuirá para a promoção da alocação eficiente dos recursos e a prática de tarifas adequadas, além da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, a transparência, a previsibilidade, a estabilidade e a modicidade tarifária, permitindo que os usuários e a Concessionária possam melhor se planejar e conhecer o comportamento das tarifas de gás.

Considerando que:

1. Conforme Lei Estadual Nº 15.900/2016, Art. 3º. LVII, define-se como CONTA GRÁFICA o mecanismo de apuração e de recuperação trimestral dos saldos, para mais ou para menos, resultantes das variações entre o custo do gás realizado, conforme estabelecido nos contratos de suprimento, e aqueles efetivamente faturados pelo concessionário, conforme estabelecido nos contratos de fornecimento, nos termos da regulamentação da ARPE;
2. A definição desses instrumentos contribuirá para a promoção da alocação eficiente dos recursos e da prática de tarifas adequadas;
3. A definição desses instrumentos também contribuirá para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, a transparência, a previsibilidade, a estabilidade e a modicidade tarifária, permitindo que os usuários e a Concessionária possam melhor se planejar e conhecer o comportamento das tarifas de gás;
4. O pleito proposto se refere, única e exclusivamente, ao mecanismo de atualização e de repasse da variação do preço de aquisição da molécula do gás e transporte e seus custos/encargos variáveis;
5. O pleito não altera e não interfere no processo de Revisão Tarifária que aborda a análise e Revisão da Margem Bruta de Distribuição, conforme estabelecido no Anexo I do Contrato de Concessão.

Propõe-se a esta respeitosa Agência Reguladora de Pernambuco – ARPE a aprovação da metodologia de cálculo do custo médio ponderado a ser praticado a cada repasse de custo do gás às tarifas e o mecanismo de conta gráfica para variações no portfólio de

volume de supridores, bem como eventuais transmissões de encargos advindos do transporte e preço de gás de ultrapassagem.

Na expectativa do acolhimento do presente pleito, por parte dessa Agência Reguladora, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,

ANDRE WILSON DE
QUEIROZ
CAMPOS:16509609487

Assinado de forma digital por
ANDRE WILSON DE QUEIROZ
CAMPOS:16509609487
Dados: 2022.02.02 16:15:56
-03'00'

ANDRÉ CAMPOS

Diretor Presidente

LUCIANO COUTO ROSA
GUIMARAES:01932542809

Assinado de forma digital por
LUCIANO COUTO ROSA
GUIMARAES:01932542809
Dados: 2022.02.02 15:53:13 -03'00'

LUCIANO GUIMARÃES

Diretor Administrativo Financeiro

Anexos:

I – Nota Técnica 01/2022 e seus anexos;